



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete do Deputado POMPEO DE MATTOS – PDT/RS

**REQUERIMENTO Nº DE 2023**  
(Do Sr. Pompeo de Mattos e outros)

Requer urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 3016 de 2022, de autoria do Deputado Federal Pompeo de Mattos, que acrescenta dispositivo à Lei 14.375, de 21 de junho de 2022, para estipular prazo para liquidação de contrato de financiamento estudantil - Fies, por meio da adesão à renegociação.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 155, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requeiro à Vossa Excelência a urgência para a apreciação do Projeto de Lei 3016/2022, que acrescenta dispositivo à Lei 14.375, de 21 de junho de 2022, para estipular prazo para liquidação de contrato de financiamento estudantil - Fies, por meio da adesão à renegociação.

Sem mais para o momento, agradecemos e contamos com a atenção ao pedido.

Sala das Sessões, de maio de 2023.

Atenciosamente,

  
**POMPEO DE MATTOS**  
Deputado Federal  
PDT/RS





## **Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD)** **(Do Sr. Pompeo de Mattos)**

Requer urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 3016 de 2022, de autoria do Deputado Federal Pompeo de Mattos, que acrescenta dispositivo à Lei 14.375, de 21 de junho de 2022, para estipular prazo para liquidação de contrato de financiamento estudantil - Fies, por meio da adesão à renegociação.

Assinaram eletronicamente o documento CD231126132900, nesta ordem:

- 1 Dep. Pompeo de Mattos (PDT/RS)
- 2 Dep. Felipe Carreras (PSB/PE) - LÍDER \*-(p\_7818)
- 3 Dep. Sóstenes Cavalcante (PL/RJ)
- 4 Dep. Albuquerque (REPUBLIC/RR)
- 5 Dep. Guilherme Boulos (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE - LÍDER do Bloco Federação PSOL REDE
- 6 Dep. Cristiane Lopes (UNIÃO/RO)
- 7 Dep. Cabo Gilberto Silva (PL/PB)
- 8 Dep. Dr. Francisco (PT/PI) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 9 Dep. André Figueiredo (PDT/CE) - LÍDER do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, PSB, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PATRIOTA \*-(p\_5870)
- 10 Dep. Altineu Côrtes (PL/RJ) - LÍDER do PL

\* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

